

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL
AMIGOS DA POLI

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Associados, Conselheiros e Administradores da
Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli ('Entidade'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório emitido em 17 de março de 2017, continha limitação de escopo sobre a forma de recebimento das suas doações, cuja ações restritivas para mitigar o risco desse evento foram realizadas subsequentemente a emissão do nosso relatório, não justificando, portanto, a manutenção desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

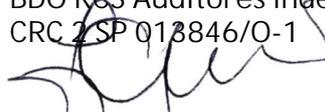


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


José Santiago da Luz
Contador CRC 1 SP115785/O-9


David Elias Fernandes Marinho
Contador CRC 1 SP245857/O-3

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Bancos Patrimoniais

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2017	2016		Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.194.749	681.412	Beneficiados a pagar		126.463	212.371
Títulos e valores mobiliários	4	16.505.559	9.523.023	Obrigações tributárias		19.692	8.047
Adiantamentos a funcionários		233	-	Obrigações trabalhistas		31.129	11.854
Outros adiantamentos		2.663	2.190			177.283	232.272
		17.703.204	10.206.625				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado líquido		2.811	1.228	Patrimônio social		3.580.928	3.580.928
		2.811	1.228	Superávit acumulado		13.947.803	6.394.653
						17.528.731	9.975.581
Total do ativo		17.706.014	10.207.853	Total do passivo e do patrimônio líquido		17.706.014	10.207.853

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Receitas operacionais			
Doações voluntárias	5	6.788.981	3.778.025
Trabalho voluntário		361.728	259.814
		<u>7.150.709</u>	<u>4.037.839</u>
Custos operacionais			
Projetos incentivados		(424.083)	(403.333)
		<u>(424.083)</u>	<u>(403.333)</u>
(=) Resultado bruto		<u>6.726.626</u>	<u>3.634.506</u>
Despesas e/ou receitas operacionais			
Despesa com pessoal		(200.128)	(94.681)
Despesa administrativas	6	(247.992)	(171.386)
Trabalho voluntário	8	(361.728)	(259.814)
Outras receitas		-	801
(=) Superávit antes do resultado financeiro		<u>5.916.778</u>	<u>3.109.427</u>
Receitas financeiras	7	1.636.496	1.659.145
Despesas financeiras	7	(124)	(112)
(=) Resultado financeiro líquido		<u>1.636.372</u>	<u>1.659.032</u>
(=) Superávit do exercício		<u><u>7.553.150</u></u>	<u><u>4.768.460</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	<u>7.553.150</u>	<u>4.768.460</u>
(=) Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>7.553.150</u></u>	<u><u>4.768.460</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.580.928	1.626.193	5.207.121
Transferencia para patrimonio social	-	-	-
Superávit do exercício	-	4.768.460	4.768.460
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>3.580.928</u>	<u>6.394.653</u>	<u>9.975.581</u>
Transferencia para patrimonio social	-	-	-
Superávit do exercício	-	7.553.150	7.553.150
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>3.580.929</u>	<u>13.947.803</u>	<u>17.528.731</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Superávit do exercício	7.553.150	4.768.460
Ajustes que não afetam caixa		
Depreciação	673	326
	<u>7.553.823</u>	<u>4.768.786</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+/-) Variação nas contas patrimoniais		
Adiantamentos a Funcionarios	(233)	
Outros adiantamentos	(473)	(2.190)
Beneficiados a pagar	(85.908)	66.540
Obrigações tributárias	11.644	3.199
Obrigações trabalhistas	19.275	11.854
(=) Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>7.498.129</u>	<u>4.848.188</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		
(-) Aquisição de imobilizado	(2.256)	-
(+) Aumento dos títulos e valores mobiliários	(6.982.536)	(4.169.688)
(=) Fluxo de caixa/(aplicados nas) atividades de financiamento	<u>(6.984.792)</u>	<u>(4.169.688)</u>
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>513.336</u></u>	<u><u>678.500</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	681.412	2.912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.194.749	681.412
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>513.336</u></u>	<u><u>678.500</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli (Associação), é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com Sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 27 de outubro de 2011, cujas atividades de arrecadação somente foram iniciadas em 2012. Com o objetivo de manter um alto nível de transparência, as arrecadações da Associação são realizadas exclusivamente das seguintes formas: i) depósito identificado para conta corrente de titularidade do Amigos da Poli; ii) transferência bancária (TED ou DOC) para conta corrente de titularidade do Amigos da Poli; iii) doação via boleto paga em favor do Amigos da Poli; e iv) doação via cartão de crédito, através do site do Amigos da Poli (doe.amigosdapoli.com.br), que está vinculado à conta corrente de titularidade da Associação.

A Associação tem como objetivo a promoção da cidadania, bem como o desenvolvimento humano e técnico, sobretudo da comunidade da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo ("Poli"), a fim de contribuir para a formação de engenheiros qualificados e conscientes de suas responsabilidades como cidadãos.

Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a) Apoiar, fomentar e implementar, sob as mais diversas formas, projetos que contribuam para o aprimoramento da formação e dos conhecimentos técnicos dos discentes dos cursos de engenharia da Poli, com ética e respeito ao meio ambiente;
- b) Apoiar, fomentar e implementar cursos complementares à formação técnica oferecida pela Poli;
- c) Apoiar, fomentar e implementar projetos de pesquisas, estudos e desenvolvimento de tecnologia que envolvam discentes e docentes da Poli, para que os primeiros tenham acesso à aplicação prática dos ensinamentos obtidos nos cursos de graduação e pós-graduação, e para que os segundos possam atualizar e aprimorar seus conhecimentos e repassá-los aos alunos;
- d) Apoiar e promover melhorias no espaço físico da Poli, especialmente por meio da criação ou reforma de laboratórios, salas de aulas e demais prédios da Poli;
- e) Produzir e divulgar informações, conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às áreas de atuação da Poli;
- f) Apoiar projetos que incrementem os ativos tangíveis e intangíveis da Poli;
- g) Apoiar projetos que visem o aprimoramento da gestão da Poli;
- h) Conceder empréstimos para alunos da Poli com vistas a possibilitar sua participação tanto nos cursos de graduação e pós-graduação da Poli como em quaisquer outros complementares a sua formação;

- i) Celebrar parcerias, convênios e contratos com organizações públicas ou privadas, nacionais ou internacionais para a consecução de seu objeto social;
- j) Promover o voluntariado;
- k) Estimular o fortalecimento dos laços entre todos os entes da comunidade politécnica de forma a difundir ideias e projetos que auxiliem o desenvolvimento da Poli;
- l) praticar quaisquer ações lícitas, mesmo que não descritas acima, desde que sejam atividades de elevado nível técnico a fim de desenvolver seu objeto social, mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade em 19 de abril de 2018.

2.1. Base para apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 R1 - Instituto sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 R1 - Instituto sem finalidade de lucros.

2.2. Principais práticas contábeis

2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação e também a sua moeda de apresentação.

A Associação não possui operações em moeda estrangeira.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.3. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados na categoria, "valor justo por meio do resultado", que requer o reconhecimento destes instrumentos financeiros pelo seu valor justo, com efeito no resultado.

2.2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.2.5. Patrimônio líquido

Constituído pelo superávit acumulado, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit de cada exercício.

2.2.6. Apuração do superávit ou déficit

As receitas de doações são reconhecidas pelo regime de competência, e se originam de doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo utilizadas no custeio das atividades da Associação.

As despesas são registradas pelo regime de competência. A receita e despesa financeira são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017, o total de caixa e equivalentes de caixa, sem restrições, era composto da seguinte forma:

	2017	2016
Caixa e bancos	2.039	53.202
Aplicações financeiras (a)	1.192.710	628.211
	<u>1.194.749</u>	<u>681.412</u>

a) Representado por aplicações em fundos de renda fixa de liquidez diária e atrelados à variação do CDI (gestão Itaú).

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017, compreende o investimento de recursos da Associação em Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B), com vencimentos em 2026, 2045 e 2050.

A Administração da Associação, apoiada pelo seu Comitê de Investimentos e pelo seu Conselho Deliberativo, optou por reconhecer as NTN-B's por valor de mercado, conforme segue abaixo:

	2017	2016
NTN - B Credit Suisse (a)	16.457.069	9.400.338
DI PRIVATE FIC FI CREDIT SUISSE ()	48.490	122.685
	<u>16.505.559</u>	<u>9.523.023</u>

(a) Refere -se a recursos aplicados em títulos públicos atrelados à inflação (NTN-B);

(b) Representado por aplicações em fundo de renda fixa de liquidez diária e atrelado à variação do CDI (gestão Credit Suisse Hedging Griffo - CSHG).

5. Doações voluntárias

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Doações pessoas jurídicas	391.525	921.270
Doações pessoas físicas	6.397.456	2.856.755
	<u>6.788.981</u>	<u>3.778.025</u>

O aumento substancial das doações é basicamente resultante da estruturação pela nova diretoria de um comitê específico focado em captação de doações junto a Politécnicos com maior poder aquisitivo ("Comitê de Captação Atacado").

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Pelo escopo de suas atividades voltadas para o incentivo da melhoria da Educação e da Pesquisa no Brasil, o Amigos da Poli conseguiu junto à Secretaria da Fazenda a isenção do Imposto Sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) em 31/03/2016, nos termos do artigo 7º do Decreto 46.655/02. O documento que comprova a isenção é a "Declaração de Reconhecimento de Imunidade do Imposto sobre Transmissão 'Causa Mortis' E Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD" (protocolo nº 51224-829568/2015; data do protocolo de 03/09/2015; nº do processo 51224-829568/2015).

A imunidade do imposto era válida até 30/03/2018. Neste contexto, em 13 de dezembro de 2017, submetemos um pedido de renovação da imunidade à Secretaria a Fazenda (protocolo nº 51220-1072139/2017), processo este que pode levar até 9 meses para ser analisado. Durante esse período, as doações à Associação continuam imunes.

6. Despesas administrativas

	2017	2016
Honorários advocatícios, contábil e administrativo	61.792	51.000
Outras despesas (a)	186.200	103.331
	<u>247.992</u>	<u>154.331</u>

(a) Compostas substancialmente por despesas com locações, internet, taxas de licença e outras taxas de menor valor. Em 2017, a Associação, que passou a contar com um número muito maior de voluntários, possibilitando o desenvolvimento de novas atividades, como o aumento de campanhas de marketing, maior apoio a projetos da Poli e maior número de eventos, dentre outras.

7. Resultado financeiro e líquido

	2017	2016
Renda sobre aplicação financeira (b)	1.148.561	554.832
Juros ativos	38	-
Descontos obtidos	7.149	-
Juros passivos	(124)	(112)
Reversão com aplicações financeiras (a)	-	1.097.069
Provisões Ganhos e Perdas Rendas Variáveis(a)	480.748	7.243
	<u>1.636.372</u>	<u>1.659.032</u>

(a) Os valores compreendem o efeito de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários;

(b) Os valores se referem aos rendimentos com aplicações financeiras, reconhecidas pelo regime de competência.

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

8. Trabalho voluntário

Os trabalhos e serviços voluntários obtidos, que não geraram desembolsos de caixa para a Associação, referem-se aos honorários de conselhos, remuneração da Diretoria e ao comitê de investimento. A Associação estima que, caso tivesse desembolsado caixa para a obtenção desses trabalhos e serviços voluntários, teria desembolsado aproximadamente R\$ 361.728 (R\$ 259.814 em 2016), conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Honorários		
Conselho deliberativo (a)	122.880	50.696
Conselho fiscal (a)	20.736	7.129
Remuneração diretoria (a)	199.680	194.860
Comitê de investimento (a)	18.432	7.129
	<u>361.728</u>	<u>259.814</u>

(a) Valor anual calculado utilizando a quantidade de horas de incorridas durante o ano multiplicado por uma taxa horária considerada justa para as atividades correspondentes. Para a definição do valor hora de remuneração dos Conselheiros e Diretores, utilizamos a pesquisa de Remuneração dos Administradores do IBGC, que está em sua 6ª edição e disponível no site: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/publicacoes/Publicacao-IBGCPesquisa-Remuneracao-6aEdicao.pdf>. Nos enquadrados na pesquisa do IBGC pelo tamanho do faturamento de até R\$500.000,00 e utilizamos o valor de remuneração do Conselho do 1º quartil. Os valores constam no quadro 5 da página 27 do relatório do IBGC referido acima. Para os membros do Conselho Deliberativo, Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal, utilizamos 100% do valor/hora. Para os diretores, utilizamos 60% do valor/hora.

9. Aspectos tributários

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui imunidade quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, conforme estabelecido pela Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997. De acordo com a lei, considera-se "sem fins lucrativos" a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade.

Com relação aos demais tributos incidentes, a Associação possui isenção quanto ao recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS), cujos montantes não recolhidos em virtude dessa isenção é de R\$ 519.962 e R\$ 112.018, respectivamente.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive

aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

10. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco

A Associação possui operações, envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais.

A administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. A Sociedade não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

ASSOCIAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL AMIGOS DA POLI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Risco de taxas de juros

Os resultados da Associação estão suscetíveis às variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Associação não possuía instrumentos financeiros derivativos.